

O LEGADO DO POSITIVISMO SOBRE A PESQUISA NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA¹

Marijane Zanotto²

RESUMO: O pressuposto teórico Positivista, presente na sociedade capitalista brasileira, é mobilizador histórico das políticas educacionais, bem como dos rumos da universidade, no que tange a produção da pesquisa. Compreender as influências do Positivismo enquanto legado na construção do conhecimento é o foco central deste estudo. A metodologia caracteriza-se por uma pesquisa bibliográfica, desencadeada pela necessidade de compreensão da Educação Superior, nas suas múltiplas faces, dilemas e perspectivas no delineamento da pesquisa na universidade. Os resultados parciais encontrados até o presente momento, elencam o Positivismo como legado decisivo, marcando a produção da pesquisa pelo modelo neoliberal. O caráter mercadológico e os fins apenas lucrativos inibem a produção da pesquisa na sua essência, enquanto se promove e consolida a universidade empresa, que faz pesquisa como produto para o mercado.

Palavras-chave: *Capitalismo, Positivismo, Política Educacional, Universidade, Pesquisa,*

THE POSITIVISM LEGACY AND THE RESEARCH AT THE BRAZILIAN UNIVERSITY.

ABSTRACTS: The theoretical Positivist assumption, found in the Brazilian capitalist society, is the historical mover of the educational politics, as well as of the routes of the university, in what refers to the production of researches. To understand the influences of the Positivism while legacy in the construction of the knowledge is the central focus of this study. The methodology is characterized to be a bibliographical research, unchained by the necessity of understanding the Superior Education, in its multiple facets, dilemmas and perspectives in the delineation of the research in the university. The results up to now, list the Positivism as a decisive legacy, marking the research production in the neo-liberal model. The marketing characteristic and the only lucrative ends, inhibit the production of the research in its essence, while the university is promoted and consolidated as a company, which makes research as a product to the market.

Key -words: *Capitalism, Positivism, Educational Politics, University, Research,*

¹ Artigo apresentado à disciplina: Tendências Teóricas da Educação Brasileira, do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UPEG.

² Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Pesquisadora do HISTEDBR – Campos Gerais, graduada em Geografia e Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Francisco Beltrão-Pr. Especialista em Supervisão Educacional pela Faculdade de Palmas – FACEPAL, Palmas-Pr. Coordenadora e professora do curso de Pedagogia da Faculdade de Cascavel – FADEC, Cascavel-Pr. Rua Rafael Picoli, 2675, Bl. 02 Ap. 32. Country, Cascavel – Pr. Fone: (45) 222-2593. E-mail: marijanezanotto@yahoo.com.br.

A Universidade pública brasileira, contextualizada na sociedade como um direito democrático, opõe-se claramente às medidas estatais que, por vezes, visando o seu desaparecimento, ferem os princípios da democracia. Sob o prisma do capitalismo, segue-se o modelo de sociedade autoritária, onde quem tem mais, manda mais. As novas formas de acumulação do capital geram novos meios de o Estado neoliberal administrar a sociedade, ou melhor, de não gerenciá-la, nessa intencional política de desoneração do Estado do que é público para beneficiar o privado. Interferindo diretamente na Universidade, estão as questões ligadas às mudanças (novas exigências) no tocante às ciências e às tecnologias; para que a universidade parece estar inserida na sociedade como se fosse uma “entidade” isolada. Sobre isso, Chauí (2001) afirma:

[...] a universidade é uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada (p. 35).

A Educação Superior capta e manifesta claramente as idéias e práticas do neoliberalismo³ vigentes, hoje. Historicamente, se pode constatar as políticas (reformas universitárias) de contenção e liberação do acesso à educação superior de acordo com as necessidades do mercado. Sobre este aspecto, Cunha (1991) ressalta:

As aparências das medidas de política educacional, em todos os níveis, sugerem a existência de uma tentativa de redistribuir os “benefícios educacionais” em proveito dos trabalhadores, já que contêm as demandas (e logo, a oferta) ao ensino de 2º e 3º graus, disputados pelas camadas médias e pela classe dominante, e os libera no 1º grau justamente o que interessa, de imediato, à classe trabalhadora. Entretanto, os pontos comentados acima permitem que possamos verificar a convergência das políticas educacionais contenedoras e liberadoras no sentido do alcance de uma mesma e única meta: a reprodução das classes sociais e das relações de dominação que as definem, sustentam e dão vida (p. 288)

Assim, ao longo de sua trajetória, a Universidade “recebeu tarefas a cumprir”, o que a impossibilitou de descobrir, consolidar e intensificar suas reais tarefas. Hoje isto está manifesto pela crise de legitimidade, em que o ensino, a pesquisa e a extensão assumem funções distintas, vinculadas às exigências (tarefas) do mercado. Assim, a dimensão econômica assume os princípios, meios e fins da educação. Neste sentido, afirma Demo (2000):

[...] parece claro que a sociedade está a reboque das inovações econômicas, não pedagógicas. O mercado tornou-se a turbina das inovações, ultrapassando as universidades e escolas com velocidade astronômica. Estas vêm se arrastando atrás, distanciando-se cada vez mais. (p. 94)

³ O neoliberalismo pode ser compreendido como um complexo processo da construção hegemônica. Isto é, como uma estratégia de poder que se implementa em dois sentidos articulados: por um lado, através de um conjunto razoavelmente regular de reformas concretas no plano econômico, político, jurídico, educacional, e, por outro através de uma série de estratégias culturais orientadas a impor novos diagnósticos acerca da crise e construir novos significados sociais a partir dos quais legitimar as reformas neoliberais, como sendo as únicas que podem e vão ser aplicadas no atual contexto histórico de nossas sociedades e que estas gerarão os resultados esperados, principalmente para a questão educacional (SILVA e GENTILI, 1996).

Para que a Universidade possa gerar “progresso” (lucro), nos moldes do mercado, ela precisa ser “administrada”. Assim sendo, todos os princípios da administração, segundo Chauí (2001), seguem a estruturação do modelo organizacional de grande empresa, isto é, tem o rendimento como fim, a burocratização como meio e as leis do mercado como condição. Nessa perspectiva, não há a menor diferença entre Volkswagen, a Petrobrás ou a Universidade.

As questões se alargam ao adentrar na ampliação da percepção acerca da Universidade, hoje, sob a égide do neoliberalismo. Os ditames do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) se sobressaltam a qualquer vontade de alterar os rumos da Universidade na luta pela autonomia. As Reformas universitárias vêm indicando um percurso penoso e sombrio, distante da Universidade desejada pelos denominados “humanistas utópicos” e bem próximo do pretendido pelos “tecnocratas eficientes”.

Apresenta-se assim a Universidade com sua problemática: de um lado, a “Idéia de Universidade” construída pela sociedade que dela exige e pelo Estado que reduz as políticas de financiamento da Educação e, de outro lado, a incipiente luta de alguns, os que fazem a universidade, para mantê-la ou fazê-la ser a “Universidade de Idéias”. Deflagra-se assim um grande embate, no qual a universidade é desafiada a mudar. A grande questão é: o que mudar, se na sua trajetória histórica percebe-se que as transformações que ocorreram foram na sua maioria superficiais e conjunturais apenas, quando o eixo central da questão, o estrutural, permanece intacto?

Os objetivos da pesquisa na Universidade, ficam comprometidos pela ausência de uma identidade própria, em virtude de uma identidade que lhe é atribuída. Compreende-se que é difícil definir os fins de algo que se encontra em busca de um começo, da identidade própria, num processo de crise.

Santos (1999) aborda três crises na universidade: a de hegemonia, a de legitimidade e a institucional. Apresenta estas crises condicionando-as ao tempo histórico que as constituíram dentro do modelo capitalista. Sendo assim, fica confirmada a necessidade de refletir sobre e na Universidade, de forma contextualizada, compreendendo-a como reflexo de uma determinada sociedade. Implica também em pensar a própria sociedade e como a mesma concebe, almeja e faz a universidade.

O Estado, e por consequência a sociedade, parecem partilhar de forma marcante na concepção de Universidade vinculada diretamente à produtividade. Fica então vigente, o discurso da função social (redenção da sociedade) da Universidade como subsidiária do progresso. O mercado capitalista, muito dinâmico, e a universidade, repleta de crises, não conseguem nem mesmo entrar em um consenso. Parece assim, que a universidade na sua intensa precariedade, não dá conta de acompanhar a demanda do próprio mercado.

Entre tantos equívocos da “Idéia de Universidade” para a perspectiva da “Universidade de Idéias” é válido ressaltar que se faz necessário, (claro que vinculado a uma mudança estrutural) avaliar⁴ a Universidade no tripé ensino, pesquisa e extensão, pensando-a de dentro para fora, no intuito de construir a sua identidade, missão ou fins.

⁴ Avaliar compreendido pelos propósitos que Sobrinho e Balzan (2000) ressaltam: A avaliação é uma categoria imprescindível dessa produção contínua da Universidade. A instituição precisa saber, de forma permanente e integrada, quais são os valores dominantes nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e nas suas práticas administrativas [...] Deve ser uma atividade sistemática e permanente que resulte em uma compreensão global e integrada da Universidade, produza conhecimentos sobre as diversas estruturas acadêmicas e institucionais, seja um processo enriquecedor da vida comunitária, instaurando-se como instrumento de melhoria da qualidade de todos os aspectos e setores científicos, pedagógicos, políticos e administrativos. A avaliação, em suas dimensões internas e externas, deve procurar apreender a multiplicidade das faces e os sentidos normalmente escondidos e tentar reconstruir significativamente as partes integrando-as no conjunto da Universidade (p. 33-34).

REFLEXÕES SOBRE O POSITIVISMO E SEU LEGADO SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

No pólo do debate metodológico e epistemológico, das Ciências Sociais modernas, a produção do conhecimento na esfera universitária, está submetida à diferentes abordagens teóricas, que definem a dimensão do que se produz. Neste sentido, o Positivismo, com inegável contribuição no desenvolvimento das ciências exatas e naturais, apresenta-se incompatível como suporte teórico para a abordagem das complexas relações pertinentes aos fenômenos sociais e culturais. Sobre isso afirma Löwy (1998):

O positivismo – em sua figuração “ideal-típica” – está fundamentado num certo número de premissas que estruturam um “sistema” coerente e operacional: 1. A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas: na vida social, reina uma harmonia natural. 2. A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza (o que classificaremos como “naturalismo positivista”) e ser estudada pelos mesmos métodos, démarches e processos empregados pelas ciências da natureza. ³. As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos. (p. 17)

Limitar-se a observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor, sem preconceitos, é tarefa destinada às ciências da sociedade, assim como as da natureza. Constitui-se assim, um embate em torno da produção científica. De um lado, a intenção de alguns em produzir conhecimento a partir da verdade, e para constituir novas verdades em benefício de muitos. Em contra partida, outros, desenvolvendo conhecimentos extracientíficos puramente mercadológicos, vendáveis, de grande aceitação, enfim, lucrativos, porém para poucos. Sobre isso, expõe Löwy (1998):

[...] há um “núcleo racional” na problemática positivista: a vontade de conhecimento, a investigação obstinada da verdade, a intenção de verdade é uma condição necessária da prática científica. Se a investigação e deliberadamente submetida a outros fins considerados mais importantes do que a verdade – imperativos éticos, políticos ou simplesmente pecuniários – , ela está condenada de antemão do ponto de vista de sua validade cognitiva, de seu conteúdo de conhecimento. Neste caso, ela deixa de ser ciência para se tornar outra coisa: sermão, mistificação, propaganda, publicidade, etc. Sem ter intenção de buscar a verdade, o discurso não tem conteúdo científico: ele se torna simples instrumento a serviço de objetivos extracientíficos. Esta condição – alias quase tautológica: para ter acesso à verdade é necessário querer ter acesso à verdade – é necessária mas de forma alguma suficiente para assegurar a objetividade científica. Ela elimina os determinantes exteriores diretos, mas não o condicionamento estrutural (sócio-cultural) do pensamento; ela permite afastar a mistificação sicofanta, mas não o ponto de vista de classe. (p. 33)

Na perspectiva de compreender o legado do Positivismo sobre a pesquisa na Universidade, evoca-se a seguir algumas reflexões sobre a origem, percursos e pressupostos do Positivismo, na história da construção do conhecimento enquanto Ciência.

A Revolução Científica, iniciada nos séculos XVI e XVII, com Copérnico, Bacon, Galileu, Descartes, entre outros, foi prescritiva, como marco para a evolução do pensamento metafísico. Desde então, a evolução da Ciência passa por um acelerado desenvolvimento. Hoje, com metodologia objetiva e rigorosa faz-se pesquisas em todas as áreas do mundo físico e humano.

Embora suas raízes possam ser encontradas no empiricismo, já na Antiguidade, o Positivismo nasce o século XIX, tendo como representantes ilustres Augusto Comte (a ser evidenciado posteriormente) e Emile Durkheim.

Reformar a Sociedade é meta para Comte (1976). Procurando acabar com as investigações sobre o incognoscível e superar a especulação teológica e metafísica, propõe nova base para a vida humana, constrói um sistema político-religioso, assentado no real, na observação e na Ciência: o Positivismo.

Afirmava que, o que se conhece são somente os fenômenos e suas relações, jamais suas essências, as origens, as razões últimas. Estas são um enigma. Assim, assentou a perspectiva do conhecimento absoluto, para a realidade fenomênica, pela experiência, no entanto inviabilizou essa possibilidade para a realidade teológica e metafísica. Defendeu que a experiência basta para se chegar à certeza rigorosa; que o conhecimento dos fatos particulares é suficiente para conhecer as leis mais globais que se apresentam na realidade (COMTE, 1976).

Referenciando-se nos filósofos empiricistas Bacon e Hume entre outros, Comte preconizava que a via para o conhecimento é a experiência, através dos sentidos, a observação e a experimentação poderiam, como método de investigação indutivo, ser importante na reforma econômica e social, a qual se propunha. (COMTE, 1976)

Segundo o pai do Positivismo, a Ciência seria a sistematização do bom senso, pela qual nos convenceríamos de que somos espectadores passivos dos fenômenos exteriores. Positivo para Comte (1976), termo de origem latina que significa positium, que quer dizer dado, posto aí. Como atitude positiva, se busca a relação entre os fatos, as coisas, através de questionários, escalas, e diferentes amostragens, seguindo o modelo estatístico e matemático. Com essa conduta na investigação científica, chega-se a “objetividade científica e a Ciência neutra”, tão almejadas pelo autor.

Diante dos pressupostos epistemológicos preconizados pelo Positivismo, emergiram críticas, por se tratar de uma prática de investigação que se tornou mecânica, que quantifica dados, prendendo-se apenas aos fenômenos como fim e não como um ponto de partida para a compreensão de contextos maiores, significativos, globais, com o pensar qualitativo. Sobre isso, Triviños (1987) define a posição do pesquisador, quando afirma que “a busca de resultados estatísticos amarrou o pesquisador ao dado, ao receber “relações estatisticamente significativas” entre os fenômenos, terminando a análise da realidade o ponto onde deveria começar. Certamente aqui se desencadeia um dos grandes pontos que bloqueiam a constituição da Ciência⁵ pelo paradigma emergente que deveria ser visada, no âmbito da Pesquisa a Universidade.

⁵ Entende-se aqui Ciência pelo prisma de Santos (2003): sendo uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente). (p. 60)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Presente no ideário educacional brasileiro, o Positivismo marca sua passagem com um ampla herança, contribuindo para o fortalecimento dos princípios do liberalismo na sociedade capitalista. Os positivistas atribuíam a educação funções conservadoras, de preservação da sociedade com um ensino moral burguês, que daria aos indivíduos uma segunda natureza social. Assim, para Saviani (1981) a escola assume a função de aparelho ideológico do Estado.

O Positivismo teve em Augusto Comte e em Emile Durkheim, os seus dois grandes referências. O principal elemento da ideologia positivista foi o de construir indivíduos para uma sociedade ordenada. Esta sociedade, ordenada para o progresso (da ciência e da indústria) e em que as pessoas são preparadas para assumir funções e à medida que as exercem, qual um organismo humano, uma sociedade tende a ser harmoniosa, sadia ou não, a medida em que as funções forem ou não cumpridas.

Ao contrário do liberalismo clássico, ao Estado são atribuídas funções. É um Estado positivo, um Estado de notáveis, de sábios, responsáveis por direcionamentos que o Estado imprime a sociedade. As elites terão como função, direcionar a sociedade. Dois elementos estão fortemente presentes no Positivismo: a função formadora ou conformadora a uma ordem e o elemento coercitivo presente na hierquização das funções e na manutenção da ordem pela disciplina.

Assim como o capitalismo se rearticula em momentos diferentes, o mesmo também ocorre com relação à educação, no entanto, esta sempre tem como sua grande função, dar o suporte metodológico a se constituir num elemento produtivo, pela qualificação dos recursos humanos para o capital.

Certamente, diante destas premissas, a produção da pesquisa, submete-se aos destinos da própria sociedade capitalista. Forma-se um circuito que reproduz uma Universidade que, para modernizar-se, precisa mostrar resultados, ou seja, ser administrada para que se torne cada vez mais útil ao mercado. Sobre isto, apresenta-se o que afirma Chauí, (2001):

Modernizar” é criar a “universidade” de serviços baseada na docência e pesquisa “de resultados”. A salvação modernizante consiste em levar a idéia e a prática da privatização do público às suas ultimas conseqüências, pois as pesquisas não serão privatizadas apenas pelo financiamento, mas porque serão reduzidas a serviços encomendados cujos critérios, objetivos, padrões, prazos e usos não serão definidos pelos próprios pesquisadores, mas pelos “mecenass (p. 166)

Pesquisar na Universidade que pretende ser moderna (nos moldes neoliberais) não significa conhecer alguma coisa, mas é sinônimo de posse dos instrumentos para intervir e controlar alguma coisa. A Universidade operacional é o pretendido para uma perspectiva positivista. O equivoco é que, neste enfoque a pesquisa deixa de ser autônoma e segue os fins da neutralidade e objetividade científica. Por pesquisa na Universidade operacional, destaca-se a reflexão de Chauí (2000):

Em suma, se por pesquisa entendermos a investigação de algo que nos lança na interrogação, que nos pede reflexão, crítica, enfrentamento com o instituído, descoberta, invenção e criação; se por pesquisa entendermos uma visão compreensiva de totalidades e sínteses abertas que suscitem a interrogação e a busca; se por pesquisa entendermos uma ação civilizatoria contra a barbárie social

e política, então, é evidente que não há pesquisa na universidade operacional. (p.193)

Vislumbra-se assim, o interesse em manter uma certa ordem disciplinar na produção do conhecimento, regida pelas leis naturais (do mercado) vigentes na sociedade. O Positivismo então, permanece vivo. A isso se contrapõe um olhar global que pretende uma visão de totalidade. A clareza de que o capitalismo é um sistema que não incorpora o humano, mas sim o lucro e acumulação, pressupõe a necessidade de construir novos valores sobre a pesquisa, para além da primazia ao acúmulo material. A universidade precisa trabalhar para desmontar o consenso criado e, a prática de pesquisa utilitária para desenvolver a pesquisa autônoma.

REFERÊNCIAS

- BALZAN, N. C.; SOBRINHO, J. D. (orgs). **Avaliação Institucional**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.
- COMTE, A. **Discurso sobre o espírito positivo**. Porto Alegre: Globo, 1976.
- CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- DEMO, P. **Ironias da educação. Mudança e contos sobre a mudança**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- GENTILI, P. (org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- LOWY, M. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen. Marxismo e Positivismo na Sociologia do conhecimento**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. **Introdução a uma ciência pós moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.